

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.706 - MS (2019/0127616-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : TREVO TRANSPORTES, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : AURÉLIA LIZETE DE BARROS CZAPSKI - SP051491
MARIA TERESA BANZATO E OUTRO(S) - SP051315
ANNELISE ARRUDA ADAMES - MS017221
JULIANA ALVES CACCIATORE - SP344033
JUMA NEVK DOS SANTOS - SP344039
AGRAVADO : AIG SEGUROS BRASIL S.A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S) -
SP273843

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TREVO TRANSPORTES, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul assim ementado:

"AÇÃO REGRESSIVA DA SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO – TRANSPORTE TERRESTRE – RELAÇÃO DE CONSUMO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.

A decisão agravada foi proferida em estrita consonância com o entendimento perfilhado pelo Superior Tribunal de Justiça, vez que a relação da seguradora - que se sub-rogou nos direitos da segurada – com a transportadora é de consumo, sendo perfeitamente cabível a inversão do ônus da prova" (e-STJ fl. 104).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 129/133).

A recorrente alega violação dos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, 2º e 6º do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em síntese, a negativa de prestação jurisdicional e a impossibilidade de aplicação do CDC em razão da segurada não ser consumidora final.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes argumentações:

"4. O fundamento do agravo de instrumento baseia-se no fato que as partes não tiveram relação de consumo nos termos do no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, e sim relação comercial. Nesse sentido, a decisão ora embargada não chegou a demonstrar os fundamentos pelos quais as partes, supostamente, teriam uma relação de consumo, sendo omissa nesse ponto.

5. Conceito de consumidor não é definido pela espécie de contrato, mas sim pela finalidade da contratação do bem ou do serviço. Portanto, uma mesma espécie contratual, como o transporte, pode ser considerada um contrato de consumo ou um contrato empresarial, a depender da finalidade com que se contrata o serviço.

6. Para relembrar os fundamentos do agravo de instrumento, no caso, o contrato entre o frigorífico e a transportadora (embargante) insere-se na atividade empresarial do primeiro, que consiste na produção e venda de carnes, de modo que o transporte é uma etapa intermediária do ciclo econômico, sendo necessário para a venda dos produtos do frigorífico. Essa circunstância afasta a figura do destinatário final econômico, tal como concebido pela teoria finalista aprofundada.

7. Dentro desse contexto, o V. Acórdão partiu de premissa equivocada, pois não se atentou que a transportadora exerce atividade intermediária do ciclo econômico, necessária para a venda dos produtos do frigorífico" (e-STJ fls. 112/113).

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto à alegação da inaplicabilidade do CDC à transportadora em razão da aplicação da teoria finalista.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015, a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim

Superior Tribunal de Justiça

de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração" (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 17/4/2017).

Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 111/116 e-STJ como entender de direito, prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator